



**IMPRESSÕES SOBRE OS RUMOS ATUAIS DA
GEOGRAFIA POLÍTICA E DA GEOPOLÍTICA
(DIALOGANDO COM INÁ ELIAS DE CASTRO)**

COSTA, W. M

Wanderley Messias da Costa¹

¹ Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, Brasil. wander@usp.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9045-473X>

Recebido: 19/02/2022; Aceito: 04/07/2022; Publicado: 12/07/2022
DOI: <https://doi.org/10.26512/2236-56562022e42030>

Impressões sobre os rumos atuais da geografia política e da geopolítica (dialogando com Iná Elias de Castro)¹

Como de hábito, o texto de Iná é impecável na forma e sofisticado no conteúdo. Bem poucos no Brasil conhecem e dominam como ela os territórios nos quais se desenvolvem e se disputam as ideias em geografia política. No caso desse seu pequeno ensaio, a autora parte desde logo para o combate, a começar pela fina ironia do título, expondo de forma contundente as principais lacunas e entraves – os *fantasmas* a exorcizar – que freiam a criatividade e os avanços dessa área do conhecimento.

O primeiro alvo é o significado (filosófico e sociológico) da política nas ciências sociais e especialmente na geografia, tema que tem sido costumeiramente tratado pela autora, sempre insistindo que entre as disciplinas próximas, a melhor parceira para os que pretendem trilhar os caminhos da geografia política não é a sociologia (e muito menos a economia, eu diria), mas a ciência política, para a qual a política é a categoria central e constitutiva das instituições e das formas organizadas de disputas pelo poder na sociedade moderna.

O segundo é o Estado Moderno, questão crucial para esse debate. Desde logo deve-se assinalar que à exceção da pequena fração que se dedica à geografia política, os geógrafos (antigos, novos e novíssimos) de todos os quadrantes passam ao largo de quaisquer considerações sobre ele, um grave problema apontado em meu livro de 1992 e tendência ampliada com os avanços da

¹ Castro, I. E. Geografia política: o que é afinal e para que serve. Espaço & Geografia, vol. 24, n° 2 (2021), 1:26.

COSTA, W. M

chamada *teoria crítica* a partir dos anos 1980 nas suas vertentes principais (pós-moderna, pós-estruturalista e neomarxista).

Daí porque decidi desistir desse combate sem fim, convencido de que se essa insuficiência, digamos, ontológica e epistemológica de uma ciência humana em seus objeto e método não é percebida ou admitida como tal pela nossa comunidade, ou seja - e apreciemos ou não esse fato – se está comprovado que a política e o Estado não fazem parte do *habitat* em que se originou e tem evoluído o pensamento e o discurso predominantes da geografia enquanto disciplina acadêmica, não é produtivo insistir nesse assunto.

Como se sabe, e ainda que se trate de evidente contrassenso para os iniciados da área, até mesmo a geografia política e a geopolítica tornaram-se alvos de insistentes ofensivas visando sua *despolitização*, *desestatização* e *desterritorialização*. No caso da geografia política, tem sido destacada a engenhosa elaboração teórica de C. Raffestin, fortemente inspirada em M. Foucault, que atingiu duramente o núcleo categorial da clássica concepção *ratzeliana* de Estado, reduzindo drasticamente sua proeminência nas relações de poder com o território.

Em outro *front*, P. Taylor (*Political Geography, 1979*) e J. Agnew e S. Corbridge (*Mastering Space: territory and international political economy, 1995*), fortemente influenciados por I. Wallerstein e seu conceito de *economia-mundo* e trilhando os caminhos da economia política neomarxista, apontaram suas críticas para a natureza *territorial* da soberania do Estado nacional, um dos pilares do pensamento clássico da geografia política, sob o argumento principal de que este seu fundamento se encontra atualmente sob forte processo de erosão e seria assim incompatível com um mundo crescentemente globalizado sob o domínio do capitalismo.

Com relação à geopolítica, nosso interesse preferencial, iniciemos pela sua distinção da geografia política, tema levantado por muitos estudiosos da área (incluindo Iná em seu texto) e por nós discutido no referido livro de 1992. Desde logo, é preciso deixar claro que na geopolítica as batalhas de ideias e posições epistêmicas são travadas em outros terrenos e segundo pressupostos e

COSTA, W. M

procedimentos próprios, posto que ela é uma derivação do pensamento construído pelos pais fundadores da geografia política, mas neste caso dotado de natureza eminentemente pragmática e instrumental. Nele atuam acadêmicos, homens de estado (*policy makers*), ou um amálgama de ambos, sempre voltados para a formulação e a ação políticas no âmbito dos estados nacionais em suas estratégias de projeção e disputas de poder na órbita internacional. Além do mais, e especialmente no atual período do pós-Guerra Fria, é perceptível que a geopolítica tem se desprendido de suas raízes na geografia e desenvolve-se com certa autonomia percorrendo caminho paralelo a esta, elaborando abordagem, epistemologia e discurso próprios a partir de múltiplas *intersecções* entre a geografia regional e política, as relações internacionais, a segurança internacional, a estratégia e a defesa nacional.

Como é público, desde que nasceu, a geopolítica sempre teve muito sucesso fora dos muros acadêmicos, especialmente aqueles da geografia institucional, tanto a tradicional quanto a crítica. Como ilustração, A. Mahan, patrono da teoria do *poder marítimo* formulada por ele em 1890 e que influenciou diretamente a expansão dos EUA no século XX, hoje tem sido celebrado por diversos centros de pensamento estratégico mundial, a exemplo da China, hoje grande potência em ascensão econômica e militar e, neste caso, sobretudo o poder naval. H. Mackinder formulou a teoria do *poder terrestre*, teve forte influência sobre os *policy makers* de seu país e dos EUA no contexto das duas guerras mundiais e até mesmo o geopolítico alemão K. Haushofer reconheceu que aspectos de suas teorias eram inspirados nas ideias do geopolítico britânico.

A exemplo de Mahan, nos últimos anos tem ocorrido um renovado interesse pelas teorias de Mackinder em todos os círculos de debate sobre pensamento estratégico e especificamente geopolítico, com destaque para os EUA e a Rússia. Neste país, em especial, no período pós-2001 que é caracterizado pela sua destacada trajetória de reerguimento como grande potência mundial sob a liderança de Putin, um contexto em que despontou o geopolítico A. Dugin e sua teoria da retomada do *poder eurasiático* russo, diretamente inspirada no *poder*

COSTA, W. M

terrestre de Mackinder, tema por nós discutido em texto de 2015 publicado na revista *Confins*.

Essa revalorização da geopolítica clássica também se deve às diversas referências a ela feitas por intelectuais e estrategistas de grande prestígio como G. Kennan, H. Kissinger e Zbigniew Brzezinski, em suas obras mais conhecidas e, recentemente, pelo sucesso editorial do livro de R. Kaplan que retoma as ideias de clássicos da geopolítica para aplica-las à interpretação dos rumos atuais da política mundial do ponto de vista dos interesses dos EUA, em que destaca as contribuições de Mackinder e Spykman.

Mas como observado no início, à exceção de reduzidos círculos na França, Inglaterra, EUA e Brasil, principalmente, os geógrafos preferem manter-se distantes da geopolítica – especialmente a clássica - segundo comportamentos que variam do desinteresse pela área, calculada indiferença, visão crítica visando à renovação à franca hostilidade.

Dentre os pioneiros no campo da crítica e renovação destaca-se a bem conhecida contribuição de Y. Lacoste que de meados dos anos 1970 ao início dos 1980 - na França - atacou duramente os pilares da geografia tradicional e destacadamente o papel dos países fundadores da geopolítica. Ao mesmo tempo, renovou as concepções e o escopo dessa área reforçando suas ligações com a geografia e liderou movimento de natureza epistemológica e institucional que resultou nas criações da *Hérodote – revue de géographie et de géopolitique* (1976) e mais tarde do *Institut Français de Géopolitique da Université Paris VIII* (1989).

Mas é do grupo de geógrafos anglo-saxões e principalmente da Irlanda, liderado por G. Tuathail, S. Dalby e K. Dodds que nos anos 1990 saem os mais contundentes ataques à geopolítica clássica, um ativo movimento de renovação crítica radical conhecido como *Critical Geopolitics*, também considerado pelo próprio grupo como *Alternative Geopolitics* ou *Postmodern Geopolitics*. As obras mais conhecidas dentre as publicações do grupo são o livro de G. Tuathail (*Critical Geopolitics*), publicado em 1996 e as coletâneas organizadas por G. Tuathail e S. Dalby (*Rethinking geopolitics: towards a critical Geopolitics*) de 1998 e a

COSTA, W. M

de K. Dobb e D. Atkinson (*Geopolitical Traditions: A century of geopolitical thought*), de 2000.

Dentre eles, a crítica mais contundente aos clássicos é a de G. Tuathail que desde logo explicita sua posição filosófica como pós-moderna, inspirada principalmente por J. Derrida, e define como objetivo prioritário promover a “desconstrução” do discurso geopolítico, para ele não passa de “ficção”, um “olhar abrangente e congelado” sobre o mundo de natureza imperial ou imperialista e um “saber estatal” forjado nos gabinetes das grandes potências. Daí porque examina em detalhes o papel do britânico H. Mackinder, por ele considerado o principal ideólogo desse discurso, bem expresso no título do capítulo “*Imperial Incitement: Halford Mackinder, the British Empire, and the Writing of Geographical Sigh*”. Também dirige seu foco para o papel de K. Haushofer no envolvimento da geopolítica com o nazismo e a expansão do II Reich na Alemanha e sua influência no discurso geopolítico que se desenvolveu nos EUA durante e após a Segunda Guerra.

Ainda que tenha contribuído para a renovação da geopolítica, o discurso dos chamados geopolíticos críticos, e especialmente o de G. Tuathail, possui insuficiências que devem ser examinadas. P. Kelly, por exemplo, em seu artigo publicado em 2006 na revista *Geopolitics (A Critique of Critical Geopolitics)* reconhece que há de fato proeminência do discurso estatal nos clássicos e nos realistas da Guerra Fria, mas argumenta que as teorias destes permanecem no essencial válidas para a compreensão de aspectos relevantes da política mundial nos dias de hoje, especialmente no tocante às rivalidades e conflitos associados à ação das grandes potências.

De minha parte, assinalo também que o essencial das críticas do discurso desses clássicos já havia sido realizado por autores de países e perspectivas variados, nas quais estão enfaticamente destacados problemas cruciais associados à sua natureza predominantemente *estadocêntrica*, belicista, imperial e imperialista. Dentre eles, pode ser mencionado o trabalho de H. Weigert em 1942 (*Generals and Geographers: the twilight of geopolitics*), de Y. Lacoste em 1976 (*La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*) e meu livro de 1992 (*Geografia Política e*

COSTA, W. M

Geopolítica: discursos sobre o território e o poder) que contém capítulo específico dedicado ao imperialismo (*Imperialismo, Grandes Potências e as Estratégias Globais como Contextos da Geopolítica*), no qual encontra-se expresso: “Num plano mais geral, entretanto, não se pode esquecer que o interesse pelos fatos referentes à relação entre espaço e poder também manifestava um momento histórico que envolvia o mundo em escala global, caracterizado pela emergência das potências mundiais e, com elas, o imperialismo como forma histórica de relacionamento internacional” (p.58).

Ainda quanto ao problema dos excessos de *estadocentrismo* e a necessidade de escolher outros caminhos de abordagem que impliquem reconhecer a “pluralidade de espaços políticos” e a “multiplicidade de possíveis construções políticas do espaço”, como defende a *Critical Geopolitics*, é imperativo reconhecer a contribuição pioneira de C. Raffestin sobre esse e outros aspectos importantes em seu famoso livro de 1980, como mencionado, em que essa posição já está claramente enfatizada, a começar pelo seu título (*Pour Une Géographie du Pouvoir*).

É certo, portanto, que faltou um olhar mais atento desse grupo para o que tem sido produzido nessa área fora do mundo anglo-saxônico. E ainda que não se incluísse o que tem sido desenvolvido por italianos, espanhóis, portugueses e brasileiros, dentre outros, para uma avaliação crítica da evolução da geopolítica é imprescindível examinar em profundidade a longa e rica produção dos franceses, com destaque para a constelação de estudiosos que gravitam em torno do *Institut Français de Géopolitique* e da revista *Hérodote*, liderados por Y. Lacoste e B. Giblin.

Outra ressalva tem a ver com a natureza intrínseca das concepções filosóficas pós-modernas que rejeitam “teorias gerais” e “verdades objetivas” e nesse sentido não há compromisso de seus adeptos de propor novas teorias e métodos, posto que seu objetivo principal é o de engajar-se numa espécie de *guerrilha epistemológica* sem trégua e dedicada integralmente à crítica e à desconstrução de discursos e práticas acadêmicas tidos por eles como “hegemônicos”. Diante dessa firme tomada de posição no debate, a exemplo da que é explicitada por G. Thuatail, não seria então o caso de indagar porque não

COSTA, W. M

foi escolhido para seu livro o título de *Critique of Geopolitics* ao invés de *Critical Geopolitics*?

De todo modo, há nuances nas concepções desses críticos que devem ser consideradas, como é o caso do posicionamento nessa discussão assumido por S. Dalby, especialmente quando aborda nas décadas seguintes o importante tema da interlocução da geografia – e especialmente da geopolítica - com as teorias da ciência política e as relações internacionais (*Critical Geopolitics and Security, 2010* e *Realism and Geopolitics, 2013*) indicando, além de sua erudição acadêmica, o reconhecimento de que não devemos nos confinar no endemismo *unidisciplinar* desse debate, posto que está fartamente demonstrado que uma geopolítica estrita e exclusivamente *geográfica*, além do problema do *excepcionalismo* (lembrando F Schaefer), corre o risco de tornar-se irrelevante.

Assinalo, a propósito, que além do diálogo com os realistas clássicos como H. Morgenthau, R. Aron, H. Bull e K. Waltz, é preciso abrir-se para as contribuições dos liberais e construtivistas – principalmente aqueles do pós-Guerra Fria como R. Keohane, J. Nye e J. Rosenau, um largo caminho pelo qual os geógrafos da geopolítica poderão elaborar abordagens e discursos teóricos consequentes sobre a política mundial, o sistema internacional e a ordem mundial, como bem ilustrado na notável publicação de J. Anew (*Globalization and Sovereignty, 2017*).

Nessas intersecções, destaco ainda as possibilidades de exploração das teorias elaboradas no campo da segurança internacional e em especial as da chamada Escola de Estocolmo, em que ao clássico conceito de segurança de natureza exclusivamente estratégico e militar são acrescentados novos significados e temas da realidade internacional contemporânea, tais como a *segurança ambiental, alimentar, sanitária*, etc. Além disso, nessa reelaboração conceitual e temática merece atenção especial as originais contribuições de B. Buzan e O. Waever (*Regions and Power: the structure of international security, 2003*) em que, baseadas sobretudo na experiência europeia, propõem as regiões supranacionais ou transnacionais como novas escalas de análise de segurança internacional.. A propósito, lembro que H. Kissinger, em sua famosa obra *World*

COSTA, W. M

Order, de 2015, reconhece a existência de uma *Ordem Regional* na política mundial contemporânea.

O empenho na reelaboração teórica da geopolítica contemporânea também demanda um ajuste no foco direcionado para as mudanças em curso no ambiente político e nas novas configurações geopolíticas do mundo atual - ou o período pós-Guerra Fria - em especial para suas macrotendências e vetores dominantes. Refiro-me, por exemplo, aos movimentos pendulares de *contração* e *fragmentação*, a expressão atual do que foi designado pelos clássicos de movimentos *centrípetos* e *centrífugos* no sistema internacional.

De modo geral, a literatura indica que na atual conjuntura o que tem predominado são os movimentos de fragmentação que se expressam, sobretudo, na multiplicação dos conflitos de toda ordem e em todas as escalas de um lado e, por outro, na fragilização dos sistemas e mecanismos multilaterais voltados para a concertação internacional. Em pequeno texto que acabamos de elaborar como Prefácio para um livro-coletânea de colegas do Rio de Janeiro da área de segurança internacional, examinamos brevemente esse atual contexto da geopolítica mundial, conforme transcrito a seguir:

“*Guerras do Século XXI* é uma bela coletânea de textos que nos instiga à reflexão sobre os desafios e rumos do mundo de nosso tempo, marcado por turbulências e incertezas. Antes de tudo, uma indagação de âmbito geral e preliminar. Porque estudamos a guerra – a denominada violência organizada - e porque os homens continuam a promovê-la? Além disso, e ainda que entendamos que ela é fenômeno tão antigo quanto a humanidade e intrínseco à cultura política de grupos e sociedades organizados no nosso longo percurso histórico, a guerra não deveria ser rejeitada e definitivamente abolida por todos os povos, posto que está demonstrado que ela é a face sombria da política de poder, em que o emprego da coerção absoluta nos ameaça o tempo todo com seu teatro de horrores pleno de opressão, violência, destruição, massacres e crueldades de todo tipo?

Como previsível, não há respostas definitivas para questões como essas, o que de resto ocorre com os demais temas das relações internacionais e de segurança e defesa do mundo contemporâneo, e por isso é preciso manter o

COSTA, W. M

esforço de pesquisa e reflexão sobre as causas e consequências da violência em geral e em particular as guerras, sua mais aguda manifestação. A literatura a respeito nos oferece algumas pistas para sua compreensão, definindo-as por exemplo como a expressão máxima do exercício do poder político de grupos e sociedades organizados ou não sob a forma de Estado sobre o território e sua projeção externa, isto é, as diversas modalidades de imperialismo, desde as primitivas (como as examinadas por Evans-Pritchard e Florestan Fernandes), passando pelas clássicas da metade do século XIX ao início do século XX, até as atuais, como aquelas abordadas pelos textos aqui reunidos.

Mas as guerras também têm sido observadas por outros ângulos, revelando em determinados casos a complexidade de suas expressões menos tangíveis, concebendo-as, por exemplo, como um dos meios da ação política legítima (Carl Von Clausewitz). Podem ainda ser examinadas pelas suas dimensões de positividade para muitos povos ao longo da história, como o uso legítimo da força na defesa da soberania, isto é, a integridade de uma nação e de seu território nos casos de agressões externas; nos movimentos armados das lutas contra as tiranias e, especialmente, nos denominados *movimentos de libertação nacional* - as guerras de descolonização -, sobretudo aquelas travadas no continente africano no período iniciado no pós-Segunda Guerra Mundial.

Em sua maioria, os especialistas apontam para duas tendências gerais contrapostas, em que de um lado tem ocorrido uma clara redução dos conflitos *interestatais* (as guerras clássicas ou convencionais) e, de outro, o aumento daqueles *intra-estatais* e, neste caso, a guerra civil é seu exemplo mais conhecido. Mas nos últimos anos também cresceu o leque de modalidades *heterodoxas e irregulares* de conflitos bélicos – espécie de *guerras pós-modernas?* - como as *assimétricas* do terrorismo operando em redes internacionais e sem base territorial definida, as guerras *identitárias* envolvendo comunidades étnicas ou de nacionalidades, a *insurgência* em que milícias e combatentes *territorializados* desafiam os estados nacionais e as guerras *híbridas* em que são empregados ao mesmo tempo tropas e métodos regulares e irregulares, aí incluída a utilização de mercenários, hoje atuando em grandes empresas.

COSTA, W. M

Da perspectiva do debate na atual conjuntura, também tem interesse o tema das mudanças nas três últimas décadas abrangendo a natureza e a tipologia no plano das concepções e objetivos e na expressão material das guerras. O marco inicial desse período que se prolonga até hoje é o final da Guerra Fria, simbolizado pela queda do Muro de Berlim em 1989 e o colapso da União Soviética em 1991, eventos que pela sua magnitude impactaram de tal modo os pilares da política internacional que por isso o quadro que se seguiu foi denominado por muitos de nova Ordem Mundial.

Em sua maioria, os analistas dos anos 1990 registraram uma clara tendência de redução das rivalidades geopolíticas clássicas na escala de atuação das grandes potências, ao lado de maior protagonismo das instituições multilaterais e de convergência em torno de princípios e instrumentos de concertação e cooperação internacionais. Ilustram esse novo quadro diversos eventos de impacto global como a realização da Conferência de Meio Ambiente da ONU no Rio de Janeiro em 1992 com a presença de 120 chefes de Estado, a criação da Organização Mundial do Comércio em 1995 e a constituição de arranjos regionais de natureza política e econômica como o Mercosul (1991), o Nafta (1994) e a União Europeia (1992), neste caso uma inédita experiência de organização regional dotada de governança supranacional.

Ao mesmo tempo, entretanto, quando ajustados os focos de observação e análise para as demais escalas de espaços e fluxos (nacionais, regionais e locais) desse *novo mundo*, nos damos conta que a política internacional, como já se disse, é de fato um notável coquetel que mistura continuidades e mudanças. Sob a fina trama das relações globalizadas em construção há outras camadas que devem ser consideradas, como aquela em que sobressai a constelação de estados nacionais antigos e novos, cujo processo de crescimento, sobretudo nas últimas quatro décadas, é tema pouco destacado na literatura especializada.

Quando a ONU foi criada, em 1945, havia 51 países e hoje ela conta com 193, dos quais um grupo de 90 ingressou entre 1950 a 1980, em sua maioria formado por jovens nações que haviam conquistado sua independência no abrangente e muitas vezes sangrento processo de descolonização na África e na

COSTA, W. M

Ásia. Outro grupo de 30 países ingressou nos anos 1990, em que mais da metade dele é formada pelas ex-repúblicas e nações das extintas União Soviética e Iugoslávia.

Nesse particular aspecto, uma primeira evidência empírica que deve ser levada em conta ao examinarmos esse mundo atual pós-1991 - e em especial pós-2001 - da perspectiva da política, dos conflitos e das guerras, é que enquanto o grupo de teóricos, entusiastas e propagandistas da globalização previa o processo de erosão da soberania dos estados nacionais e, por consequência, de seus territórios e fronteiras, a maioria deles, formada pelas pequenas, médias, antigas e jovens nações da imensa e diversa periferia do mundo mantém-se empenhada na afirmação de sua soberania e na defesa de seus interesses, nos respectivos projetos de desenvolvimento e na busca pelo melhor caminho para sua inserção internacional. Nesse conjunto encontra-se ainda uma dezena de estados independentes, mas não integrantes da ONU que contam com graus diversos de reconhecimento internacional (casos de Kosovo, Taiwan, Ossétia do Sul e Saara Ocidental).

A segunda camada é formada por uma centena de *territórios dependentes* ou simplesmente coloniais, ainda que nominalmente sejam referidos como possessões, protetorados ou departamentos de ultramar, evidência eloquente da persistência de arranjos do velho imperialismo no atual sistema internacional, bem simbolizados pelo contencioso entre Argentina e Reino Unido pelas Malvinas (guerra em 1982) e a base militar norte-americana de Guantánamo em Cuba.

Na terceira delas se encontra um caleidoscópio social, cultural e político-territorial formado por milhares de comunidades nacionais, étnicas e religiosas sem Estado, todas integrando estados nacionais e uma parcela delas reconhecidas como regiões ou províncias dotadas de graus variados de autonomia. É certo que a maioria dessas comunidades tem se reproduzido de modo geral em sistemas políticos estáveis e pacíficos, ainda que procurando explicitar por diversos meios e intensidades suas respectivas identidades culturais.

COSTA, W. M

Mas não é isso o que tem ocorrido com um ativíssimo grupo de duas centenas delas distribuídas em todas as regiões do mundo, nas quais predomina a natureza política e geopolítica de suas aspirações, motivações e objetivos de luta e, portanto, não se trata apenas de um movimento por autonomia, mas de emancipação nacional, separatismo ou independência, envolvendo ou não o emprego de violência, uma face do mundo relacionada à sábia observação de Michel Foucher de que é raro encontrarmos coincidência entre fronteiras políticas e fronteiras étnicas.

Mas o que tem predominado nesses movimentos são as *guerras identitárias*, em que grupos étnicos se enfrentam ou combatem governos nacionais dominados pelos seus rivais mediante a luta armada, o terrorismo ou ambos. Na escala de tipos e graus de violência nesse conjunto são inúmeros os casos de perseguição sistemática e de repressão de governos a minorias, como as sofridas pelos muçulmanos *rohinja* em Myanmar e pelos *uigures* da província de Xinjiang na China (ambos em curso) ou com o emprego de desproporcional força militar, a exemplo da guerra contra os muçulmanos da Tchetchênia promovida pela Rússia (1994-1996). Há ainda os episódios de violência extrema envolvendo a prática de atrocidades – tipificadas pelo Direito Internacional como crimes contra humanidade – que visam o extermínio de determinado grupo étnico (genocídio), muito bem ilustrados pelo massacre dos *tutsis* pelos *hutus* em 1994 (Ruanda) em que foram mortos por volta de 1 milhão de civis a golpes de facção e tiros de fuzil e pelo massacre dos *bósnios* da Bósnia-Herzegovina pelos *sérvios* em 1995.

Essa modalidade de conflitos e guerras do nosso tempo abrange ainda a atuação de diversos grupos armados estruturados sob a forma de exércitos *irregulares*, milícias, facções ou grupos terroristas organizados em rede, especialmente aqueles do universo étnico e religioso árabe e muçulmano, com destaque para os radicais islâmicos. Alguns são antigos, territorialmente enraizados e possuem o *status* de movimento político institucionalizado como o Hezbollah no Líbano, o Hamas que hoje controla a Faixa de Gaza na Palestina e o Taliban que agora governa pela segunda vez o Afeganistão. Outros, como (até recentemente) as FARC na Colômbia, o YPG e os PKK dos *curdos* na Turquia, o

COSTA, W. M

Boko Haram que atua no oeste da Nigéria e os *houtis*, no Iêmen, travam antigas guerras de guerrilha com ações de terrorismo e ofensivas periódicas contra seus respectivos governos nacionais.

Por fim, nesse conjunto, as guerras relacionadas à atuação dos grupos terroristas propriamente ditos, tão bem abordadas nos textos deste livro, em especial na análise dos eventos políticos e episódios de violência como os atentados de setembro de 2001 em Nova York, bem como nas subsequentes guerras do Afeganistão e do Iraque empreendidas pelos EUA e na longa e sangüinária guerra civil da Síria, teatro de horrores com atrocidades contra a população civil do país, com todas as modalidades tradicionais e atuais de configuração geopolítica, rivalidades e encontros envolvendo grandes e médias potências, facções, milícias e grupos terroristas.

Outra característica dominante das guerras do período atual é que de modo geral elas têm sido promovidas, fomentadas ou influenciadas pela atuação em larga escala das grandes potências, a saber, em primeiro lugar os EUA (a mais antiga e ainda hoje detentora do maior poder militar), a Rússia (segunda em poder militar e que reemergiu a partir do início dos anos 2000 e a China (em acelerada ascensão econômica e militar nas duas últimas décadas), compondo desse modo uma configuração geopolítica mundial inédita, por nós denominada *tripolar* em texto de 2015 (W.M. Costa) e examinada em seus diversos aspectos nos textos desta coletânea.

É certo que as guerras deste século têm como marco inicial os atentados terroristas a Nova York em 2001, e em todas elas houve envolvimento direto dos EUA como a potência imperial absoluta, mas suas intervenções nesse novo cenário do mundo do pós-guerra fria teve início de fato uma década antes, com a Guerra do Golfo, quando liderou coalização de 34 países autorizada pela ONU a invadir o Iraque que no ano anterior invadira o Kuwait. Além das posteriores guerras (seguidas de presença militar) com o Afeganistão (2001-2021) e novamente o Iraque (2003-2011), participou da guerra civil da Síria (2011-2021) e atuou diretamente ao lado da Rússia, Inglaterra, França, Turquia e Israel nos

COSTA, W. M

combates ao Exército Islâmico, cujos efetivos estavam posicionados em regiões da Síria e do Iraque.

Ao mesmo tempo, desde o início dos anos 2000, com a reerguimento da Rússia como grande potência, os EUA têm atuado intensamente na estratégia de *contenção* desse seu poderoso rival da Eurásia, utilizando-se largamente da OTAN para esse fim, ao lado da intensa atuação diplomática civil e militar visando cooptar ou instalar governos nos países situados no entorno regional estratégico russo como a Ucrânia e a Geórgia.

Quanto à Rússia da era Putin, ela de fato deu seus primeiros passos como “antiga-nova” grande potência com a invasão da Geórgia em 2008 a fim de apoiar militarmente os rebeldes pró-Rússia das províncias de Abecássia e Ossétia do Sul que haviam proclamado suas respectivas independências e desde então tropas russas permanecem estacionadas no país a fim de assegurar proteção a essas duas regiões. Registre-se que nesse mesmo ano a OTAN iniciara o processo visando a incorporação desse país e da Ucrânia à aliança militar. Outro evento importante foi o choque entre EUA/OTAN e Rússia nos graves conflitos na Ucrânia em 2014 que resultaram na deposição do governo, seguida de intervenção militar russa (com o uso de disfarce pelos combatentes) e o apoio direto dos rebeldes da Criméia (de maioria *rusófona*) que após proclamarem sua independência, aprovaram em plebiscito sua incorporação formal à Federação Russa, um eufemismo para a anexação de fato desse território.

Desde então, os russos mantêm forte pressão militar sobre a Ucrânia, em especial mediante o ostensivo apoio aos rebeldes das províncias orientais que lutam pela independência contra as tropas do governo, mais uma das guerras de hoje. Além disso, deve-se olhar para o ostensivo apoio russo à Sérvia nos conflitos dos Bálcãs, sua forte presença econômica e militar na sustentação do governo de Maduro na Venezuela e as duas bases militares conquistadas graças à sua decisiva intervenção militar em favor do governo de Afez Assad na guerra civil da Síria. Evidências de que as ambições russas nesse novo cenário político mundial não se limitam ao seu entorno regional.

COSTA, W. M

O último tema que merece breve comentário é o das tendências em curso quanto aos movimentos de larga escala e possíveis desdobramentos futuros do atual quadro de tensões e fricções diplomáticas e estratégico-militares entre os EUA e China. Como bem assinalado no texto dedicado ao tema, os analistas em geral estão de acordo que a principal razão da baixa prioridade norte-americana conferida aos conflitos sem fim do Oriente Médio e do Afeganistão (do qual se retirou de forma atabalhoada neste ano) está diretamente relacionada à prioridade máxima conferida à contenção da acelerada expansão econômica, diplomática e militar da China, em especial na Ásia de Pacífico, Sudeste Asiático e Indico, imensa e estratégica região do mundo atual a que os ocidentais chamam de *Indo-Pacífico*.

Nesse novo teatro de grandes manobras, os chineses aprofundam e ampliam seus laços com os países de seu entorno regional e da Ásia Central (Paquistão, Irã e Coreia do Norte, principalmente) ao lado da prioridade conferida ao crescimento do conteúdo militar de seu poder marítimo. Os EUA, por seu turno, reforçam seu aparato de contenção pela cooperação militar envolvendo Japão, Índia e Austrália (Quadrilateral Security Dialogue) e há poucas semanas anunciou o surpreendente pacto militar com o Reino Unido e a Austrália (AUKUS) que prevê dentre outros objetivos o apoio à produção de 12 submarinos nucleares por este país”.

Por último, um breve comentário sobre a geografia política e a geopolítica brasileiras. Antes de tudo, observo que o Brasil é um dos países não europeus com forte tradição nesses estudos (nossas primeiras contribuições são da década de 1920) e expressiva contribuição da geografia acadêmica, sobretudo a partir dos anos 1980, um fato que nem sempre é valorizado em nosso meio. Sobre isso dedicamos um capítulo específico do nosso livro de 1992 e no artigo em parceria com H. Théry publicado na revista *Hérodote* em 2012 é feita uma avaliação crítica dessa evolução (*Quatre-vingts ans de géopolitique au Brésil: de la géographie militaire à une pensée stratégique*), assim como no recente artigo publicado em 2021 nessa mesma revista em seu dossiê sobre o Brasil (*Les Forces Armées et Leur Rôle Politique*).

COSTA, W. M

Como se sabe, permanece o vivo interesse dos centros de estudos militares pela geopolítica, observável, agora acentuado pelos jovens programas de pós-graduação da ECEME-Escola de Comando e Estado Maior do Exército, da EGN-Escola de Guerra Naval e da ESG-Escola Superior de Guerra. Ainda mais expressiva tem sido a contribuição dos grupos de pesquisa em diversas universidades brasileiras, especialmente nos programas de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais e, em particular, naqueles voltados especificamente para a área de estudos estratégicos e de segurança e defesa, como são os casos do INEST – Instituto de Estudos Estratégicos da UFF e do Programa San Tiago Dantas da UNESP. Os encontros internacionais, bem como as publicações patrocinadas pela ABED-Associação Brasileira de Estudos de Defesa que congrega essa comunidade de pesquisadores são uma clara evidência de que os estudos estratégicos e a geopolítica não são mais assuntos exclusivos de militares no Brasil.

Além disso, deve ser observada com atenção a extensa produção acadêmica (teses, dissertações, livros e artigos) nas duas últimas décadas dos grupos de pesquisa que atuam em nossos programas de pós-graduação e laboratórios de geografia política e de estudos sobre território e fronteira, como aqueles dos departamentos de Geografia da USP, UFRJ, UFRGS, UNIFAP, UFMS e UNICAMP e o sucesso dos eventos nacionais e internacionais do CONGEO - Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território é o melhor indicador dessa muito bem vinda revalorização da área nas ciências humanas e em especial na geografia brasileiras.

São Paulo, 24 de outubro de 2021.